

Falta de Decoro

O tiro saiu pela culatra e vai explodir no colo dos artilheiros: os senadores nos últimos dias de mandato querem trocar a aprovação do novo presidente do Banco Central pela anistia dos delitos gráficos. É uma chantagem a proposta de trocar o perdão de Humberto Lucena pela aprovação de Persio Arida.

A questão foi politicamente tão mal encaminhada que o próprio senador Lucena veio a público pedir aos senadores que compareçam. Não é, no entanto, por falta de prestígio do presidente do Senado que tem faltado quórum para a aprovação do presidente do Banco Central e para a anistia culposa. A deputada Beth Azize, líder do PDT, desfraldou a bandeira da obstrução por ter sido ofendida com a referência ao seu nome. O que tem faltado é decoro, não quórum.

Agora é questão fechada: o PDT vai acionar os seus deputados para, ombro a ombro com os do PT, bloquear a possibilidade de aprovação da anistia. A deputada Azize declarou guerra à chantagem que está desvalorizando a própria instituição parlamentar. O eleitor não ressalva o deputado ou o senador idôneo.

A líder do PDT promete que, se a famigerada

anistia aparecer na pauta de votação da Câmara, vai fazer coro com o PT e pedir verificação de quórum. "Se não trabalharam o ano inteiro, não será agora que vão trabalhar". O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cometeu erro fatal de cálculo, quando quis forçar a Câmara a aprovar a anistia denunciando vários deputados pelo uso dos serviços gráficos do Senado. Ora, nem todos incorreram em crime eleitoral. Beth Azize foi incriminada nominalmente por Suassuna, para silenciá-la. Fica demonstrado que a desfaçatez por si só não é garantia de sucesso político. Em questões morais, poucos enfrentam muitos, com vantagem.

Que ganhariam a Câmara e o Senado com a aprovação da anistia para os crimes eleitorais de origem gráfica? Nada, exceto engrossar a imagem negativa que é a sombra indesejável. A oportunidade está ficando cada dia melhor para se acabar de uma vez por todas com essa gráfica, muito melhor na Imprensa Nacional, com a volta da obrigação de imprimir o Diário do Congresso e a proibição de produzir calendários ou qualquer outro penduricalho. Discursos são para ser pronunciados, e na maioria para serem esquecidos, não impressos.